



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2017

CNPJ: 31.723.265/0001-41

1 – CONTEXTO OPERACIONAL:

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, administração direta, um dos poderes constituídos do País, tem sua sede estabelecida à Praça Jerônimo Monteiro, 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim – ES, adota de acordo com a Constituição Federal, princípios de soberania popular e de representação, segundo os quais o poder político pertence ao povo e é exercido em nome deste por órgãos constitucionalmente definidos. As demonstrações apresentadas abrangem apenas o Poder Legislativo do Município de Cachoeiro de Itapemirim, portanto, não se refere a toda a Administração Pública Municipal.

2 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as regulamentações da Secretaria de Tesouro Nacional e demais disposições normativas vigentes.

3 - INFORMAÇÕES RELEVANTES NOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS:

BALANÇO FINANCEIRO – BALFIN

O Item Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária (Exercício Atual 2017 - Ingressos) demonstra o valor de R\$ 13.998.565,63 recebido de duodécimo no ano de 2017. Inicialmente, o valor orçado foi de R\$ 13.204.838,70. Após o fechamento da receita efetivamente realizada do ano de 2016, constatou-se que o valor do duodécimo para 2017 seria no montante de R\$ 13.998.785,05. Contudo, em Outubro de 2017, a área técnica da Prefeitura constatou um equívoco na base utilizada para o cálculo do duodécimo, verificando a necessidade de retificação do duodécimo, eis que havia um excedente de R\$ 219,42 no cálculo original. Assim demonstramos:

LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
LEI ORÇAMENTO N. 7456/2016	ORÇAMENTO INICIAL PARA 2017 (MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO + ENCARGOS ESPECIAIS)	R\$ 13.204.838,70
DECRETOS	SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 3.320.151,20
DECRETOS	ANULAÇÃO	(R\$ 2.526.204,85)

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	ORÇAMENTO PARA 2017	R\$ 13.998.785,05
	VALOR EXCEDENTE CONSTATADO	R\$ 219,42
	VALOR EFETIVAMENTE REPASSADO APÓS REVISÃO DA BASE INFORMADA	R\$ 13.998.565,63

BALANÇO PATRIMONIAL – BALPAT

A) Foi realizado um ajuste contábil na conta 1.2.3.1.1.05.01.000 Veículos em Geral no valor de R\$ 3,38, devido a problemas de integração entre sistema de patrimônio e sistema de contabilidade no exercício de 2016. Após verificação da divergência fez-se o seguinte lançamento:

D - 2.3.7.1.1.03.00.000 Ajustes de exercício anteriores

C – 1.2.3.1.1.05.01.000 Veículos em Geral ----- R\$ 3,38

B) Conforme regulamentação da STN e TCEES foi reconhecido as despesas com férias, 1/3 férias, INSS e IPACI patronal incidentes, todas com atributo “P”. No entanto, não foi possível deixar em caixa todo o valor ora reconhecido no exercício de 2017. Ressalta-se que no exercício de 2018 (Fechamento de mandato) será deixado o dinheiro em “caixa” para suprir as referidas despesas. Assim descritas:

Total de reconhecimento de férias, 1/3 férias, INSS e IPACI ----- R\$ 493.632,40

(-) Total de recurso para suprir tais despesas no ano de 2017 ----- (R\$ 378.321,76)

(=) Valor restante para suprir as despesas em 2018 ----- R\$ 115.310,64

C) O valor de R\$ 566.340,58 constante na conta de ajuste de exercício anterior é derivado dos seguintes ajustes contábeis:

1. D – 1.1.3.8.1.99.02.007 Convênio CMCI/CEF ----- R\$ 2.080,91 (Constatação de não existência deste direito);
2. D – 1.1.3.8.1.99.02.009 IPACI ----- R\$ 30,41 (Constatação de não existência deste direito);
3. C – 1.1.3.8.1.99.02.008 Créditos por dano ao Patrimônio --- R\$ 355.870,30 (Atualização de créditos por dano ao Patrimônio de exercício anterior);
4. D – 1.2.3.8.1.01.99.000 Depreciação acumulada de demais bens imóveis --- R\$ 0,01 (Ajuste nesta conta de valor advindo do exercício anterior);
5. D – 2.2.1.4.1.01.00.006 IPACI 2 Port. 402 Lei 6.338/09 ----- R\$ 920.099,55 (Ajuste de saldo devedor conforme determinação do Ministério da Previdência junto ao IPACI).

Obs: Todos os ajustes estão subsidiados por constatações verificadas durante o exercício de 2017, cujos fatos ocorreram em exercícios anteriores. E todos os lançamentos de contrapartida, foram realizados na conta contábil 2.3.7.1.1.03.00.000 Ajustes de exercícios anteriores.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DEMVAP

A) O Item Outros Ganhos com Incorporação de Ativos demonstra o valor de R\$ 2.680,25 derivado de contagem física de material em almoxarifado, ou seja, é um lançamento de ajuste mediante inventário físico;

B) O Item Desincorporação de Passivos demonstra o valor de R\$ 157.276,80 que advém de cancelamento de passivo, mais especificamente cancelamento de Parcelamento de INSS, cujo valor foi revisto pela Receita Federal e constatou-se que não havia mais saldo devedor do parcelamento de 240 parcelas junto ao INSS. Ressalta-se também que houve nesta conta, um ajuste de R\$ 0,06 (Sindicato se servidores públicos e Convênio CMCI/CEF);

C) O Item indenização por dano ao Patrimônio demonstra o valor de R\$ 310.252,74 que advém de atualização dos valores a receber por dano ao Patrimônio mediante a VRTE do exercício de 2017.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA – DEMDIFD

A) Mediante determinação do Ministério da Previdência, o Instituto de Previdência Própria – IPACI fez uma atualização do saldo devedor no Parcelamento de IPACI junto a Câmara Municipal, e a referida atualização foi executada no valor de R\$ 929.354,43. Saldo devedor este, ajustado para o exercício de 2017 e anos anteriores;

B) No campo cancelamento existe o valor de R\$ 157.276,74, que advém de cancelamento de passivo, mais especificamente cancelamento de Parcelamento de INSS, cujo valor foi revisto pela Receita Federal e constatou-se que não havia mais saldo devedor do parcelamento de 240 parcelas junto ao INSS;

C) No campo Transferência demonstra os valores transferidos como entrada e saída de parcelamentos, estes valores advém de transferências de parcelamentos para adesão ao PERT – PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, proposto pela Receita Federal.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DEMFCA

No item Transferências Concedidas do exercício anterior (2016) podemos observar que houve uma alteração na disposição dos valores, tendo em vista uma nova metodologia de disposição promovida pela IPC 08 de 2014, na qual passou a compor o grupo de Transferências Concedidas: a despesa Intra Orçamentária, natureza de despesa x.x.91.xx.xx.

Fato este que o sistema contábil somente corrigiu na disposição do demonstrativo no exercício de 2017, atendendo desta forma à IPC e à STN, ambas seguidas pelo TCE-ES.

BALANCETE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – BALEXOD

Cabe ressaltar neste demonstrativo que o valor autorizado inicial (orçamento aprovado para 2017) de R\$ 13.204.838,70, advém das despesas de **01 - Manutenção do Legislativo no valor total de R\$ 12.346.200,00** somadas às despesas de **28 - Encargos especiais no valor de R\$ 858.638,70 (valor incluído na mesma despesa da Prefeitura de Encargos Especiais)**, perfazendo o montante inicial de R\$ 13.204.838,70. Estes valores podem ser observados na Lei 7456/2016, publicada no Diário Oficial do Município de 27/12/2016.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Como este demonstrativo têm sido motivo de divergência de entendimento dentro da área técnica do TCE/ES, solicitamos à Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, que já na publicação da Lei Orçamentária Anual nº 7.537/2017, para o exercício de 2018, fosse ajustada sua descrição para melhor análise, como se observa na publicação da Lei nº 7.537/2017 no dia 29/12/2017 no Diário Oficial do Município.

INVENTÁRIO ANUAL DE BENS MÓVEIS - INVMOV

No fechamento do exercício de 2017 realizamos o inventário de bens móveis e, foi verificado que o valor após a depreciação estava correto, conforme Termos da Comissão de Inventário (Arquivo PCA), indicando que os valores de contabilidade e patrimônio estavam fechando. Contudo, ao gerarmos o arquivo xml, o mesmo veio com problemas na classificação contábil e valorização de alguns bens, constando o valor de diferença na totalização no montante de R\$ 453,98, entre o que está no Balanço Patrimonial e o valor bruto do Inventário de Bens Móveis **(Consistência Indicativa na PCA 2017)**.

Ressalta-se ainda que no exercício de 2018, a Câmara Municipal em conjunto com a empresa SMARAPD INFORMÁTICA LTDA, está efetuando um levantamento geral, para ajuste tanto na valorização dos bens, quanto na sua classificação contábil dentro do mencionado inventário.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE BENS MÓVEIS – DEMBMV

O demonstrativo apresenta as entradas e saídas de bens móveis que ocorreram no exercício de 2017. Não consta neste demonstrativo os valores de depreciação.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DE BENS IMÓVEIS – DEMBIM

A) O demonstrativo apresenta as entradas e saídas em decorrência de equívoco de lançamentos contábeis (integração) na **conta redução a valor recuperável** do Edifício da Câmara Municipal e **seus devidos estornos**;

B) Foi realizado também, um lançamento (correto) de R\$ 31.988,80, na conta de **redução a valor recuperável**. Não consta neste demonstrativo os valores de depreciação.

RESUMO ANUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DO REGIME PRÓPRIO – FOLRPP

A) Os valores das contribuições ao IPAJM não constam neste arquivo, por não fazerem parte da Previdência Municipal (IPACI), tendo em vista não ser possível enviar no mesmo arquivo as duas alíquotas, e também não é possível enviar dois arquivos, sendo um com as contribuições do IPACI e outro com as contribuições do IPAJM;

B) No valor das Contribuições Patronais não está sendo considerado os valores de parte patronal sobre auxílio doença e salário maternidade dos servidores que estão afastados da Câmara Municipal, e nem suas deduções.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RESUMO ANUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO DO REGIME GERAL – FOLRGP

- A) No valor das Contribuições Patronais já estão abatidos os valores das deduções de Salário-Família e Salário Maternidade;
- B) Na parte segurado não estão incluídos os valores referentes a terceiros, uma vez que não fazem parte da folha de pagamento;
- C) Na parte Patronal não estão incluídos os valores de terceiros, uma vez que não fazem parte da folha de pagamento.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

No Item Restos a Pagar Não Processados onde se lê R\$ 9.189,99, leia – se R\$ 9.189,89, devido a um equívoco de R\$ 0,10 (dez centavos) na digitação do relatório no momento da entrega da declaração LRF WEB (3º Quadrimestre/2017) junto ao site do Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 15 de março de 2018.

Atenciosamente,

Alexandre Bastos Rodrigues

Presidente

Rafael Macedo Batista

Contador CRC/ES 016.165

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

Praça Jerônimo Monteiro, 70 – Centro – CEP: 29300-170 – Cachoeiro de Itapemirim – ES
PABX: (28) 3526-5600 / 3526-5622